

VAUDILEIDE PEREIRA Assinado de forma digital por VAUDILEIDE PEREIRA SANTOS:44124953534 5ANTOS:44124953534 partes: 202208.26 17:20:23 -03:00*



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº PE.07.04.0001.2022-5 FMS

TERMO DE CONTRATO DEFORNECIMENTO ATRAVÉS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 – FMS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BRÁS/AL E A EMPRESA VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI EPP.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BRÁS, ESTADO DE ALAGOAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, com endereço a Rua Boa Vista, nº 30, Centro, CEP 57.380-000, São Brás/AL, CNPJ nº 11.259.289/0001-84. representado pelo Secretário Municipal de Saúde interino, o Sr. KLEBER QUIRINO SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº. 228.244.214-87, portador do RG nº. 331541 SSP/AL, doravante denominado CONTRATANTE, infra-assinada e a empresa VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI EPP, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado. constituída sob a forma de sociedade individual, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.980.425/0001-28, com sede na Rua Dom Jonas Batinga, nº 414, Bairro Ouro Preto, na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas, CEP: 57.301-130, neste ato representada pela Sócia Administrado Sra. VAUDILEIDE PEREIRA SANTOS, portadora do CPF nº 441.249.535-34 e RG nº 898666 SSP/SE, adiante firmado, consoante os termos do que integra este ajuste, fazemse presentes para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, nos termos da Lei nº 10.520/02, o Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela Lei nº 147/2014 e Lei nº 155/2016, Lei nº 8.078/90 (Código do Consumidor), Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), tendo em vista o que consta do PREGÃO ELETRÔNICO № 02/2022 - FMS/SÃO BRÁS, e as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1. Este Contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 02/2022 - FMS, homologado em 22/08/2022, e fundamentase nas Leis: Lei nº 10.520/02, o Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela Lei nº 147/2014 e Lei nº 155/2016, Lei nº 8.078/90 (Código do Consumidor), Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a Aquisição de materiais permanentes para as unidades de saúde do Município de São Brás/AL.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRECO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1. A Contratante obriga-se a pagar pelos produtos descritos na cláusula anterior, a Importânciade R\$ 19.335,00 (dezenove mil, trezentos e trinta e cinco reais).
- 3.1.1. Os valores unitários e descrições, referentes aos itens que compõem o objeto do presente termo estão descriminados na planilha abaixo:

UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO POVOADO TIBIRI - CNES 2721996

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
13	Cadeira de Rodas Adulto - Material de confecção/apoio para braços/apoio para pés/elevação de pernas: aço ou ferro pintado/escamoteável/removivel/com elevação.	Und	Prolife	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00
17	Câmara Escura Odontológica - Iluminação: possui	Und	Biotron	1	R\$ 249,00	R\$ 249,00
23	Esfigmomanômetro Obeso - Tipo/material de confecção da braçadeira: analógico/nylon ou tecido em algodão.	Und	Premium	1	R\$ 65,00	R\$ 65,00
27	Fotopolimerizador de Resinas - Tipo: led, sem fio sem radiômetro.	Und	Kondent ech	1	R\$ 646,00	R\$ 646,00
33	Nebulizador Portátil - Número de saídas simultâneas: 01- tipo: compressor.	Und	G Tech	1	R\$ 105,00	R\$ 105,00

Rua do Comércio, 03, Centro - CEP. 57.380-000 - São Brás - AL, e-mail. <u>prefeitura.saobras@gmail.com</u> - TEL:. 82 3555-1162 - C.N.P.J. 12.207.437/00







VAUDILEIDE PEREIRA

VAUDILEIDE PEREIR SANTOS:44124953534 SANTOS:44124953534 Dados: 2022.08.26 17:21:18 -03:00

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TOTAL GERAL R\$ 1.665,00

UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO POVOADO LAGOA COMPRIDA - CNES 2008475

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
13	Cadeira de Rodas Adulto - Material de confecção/apoio para braços/apoio para pés/elevação de pernas: aço ou ferro pintado/escamoteável/removivel/com elevação.	Und	Prolife	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00
17	Câmara Escura Odontológica - Iluminação: possui	Und	Biotron	1	R\$ 249,00	R\$ 249,00
27	Fotopolimerizador de Resinas - Tipo: led, sem fio sem radiômetro.	Und	Kondent ech	1	R\$ 646,00	R\$ 646,00
33	Nebulizador Portátil - Número de saídas simultâneas: 01- tipo: compressor.	Und	G Tech	2	R\$ 105,00	R\$ 210,00
37	Ultrassom Odontológico - Jato de bicarbonato integrado: possui caneta e transdutor do ultra-som autoclavável: possuicavitador: não possui.	Und	Kondent ech	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
	TOTAL GERAL					

UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA URBANA - CNES 2719967

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	P. UNITÁRIO	P. TOTAL	
13	Cadeira de Rodas Adulto - Material de confecção/apoio para braços/apoio para pés/elevação de pernas: aço ou ferro pintado/escamoteável/removivel/com elevação.	Und	Prolife	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00	
17	Câmara Escura Odontológica - Iluminação: possui	Und	Biotron	1	R\$ 249,00	R\$ 249,00	
18	Câmara para Conservação de Imunobiológicos - Material de confecção (gabinete interno): aço inoxidável 304-capacidade e quantidade de gavetas sistema de emergência registro de dados: até 300 litros e 2 a 5 gavetas possui possui- temperatura: entre +2° c e +8 c-circulação de ar forçado: possui- sensores internos: possui-discador de emergência: possui.	Und	Elber	1	R\$ 9.900,00	R\$ 9.900,00	
23	Esfigmomanômetro Obeso - Tipo/material de confecção da braçadeira: analógico/nylon ou tecido em algodão.	Und	Premium	1	R\$ 65,00	R\$ 65,00	
27	Fotopolimerizador de Resinas - Tipo: led, sem fio sem radiômetro.	Und	Kondent ech	1	R\$ 646,00	R\$ 646,00	
33	Nebulizador Portátil - Número de saídas simultâneas: 01- tipo: compressor.	Und	G Tech	1	R\$ 105,00	R\$ 105,00	
37	Ultrassom Odontológico - Jato de bicarbonato integrado: possui caneta e transdutor do ultra-som autoclavável: possuicavitador: não possui.	Und	Kondent ech	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	
	TOTAL GERAL						

- §1º O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.
- §2º Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, CNDT e perante o FGTS - CRF.
- 83º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- §4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- §5º Não haverá reajuste de preços durante o período contratado; todavia, se durante o período contratual ocorrer acréscimo ou redução dos valores dos mesmos, determinados pelo Governo Federal e em conformidade com a legislação pertinente, os preços do Contrato serão readequados, a fim de manter o seu equilíbrio econômicofinanceiro, devendo a comprovação ser feita pela apresentação ao CONTRATANTE, por parte da CONTRADADA, da razão que autorizou o referido aumento/redução e utilizando-se os mesmos indices/percentuais utilizados/autorizados pelo Governo Federal;
- §6º No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula,







VAUDILEIDE PEREIRA Assinado de forma digital por VAUDILEIDE PEREIRA (SANTOS:44124953534 Dados: 2022.08.26 17:21:30 - 03:00

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

§8º - Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato será rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficando assegurado à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos fornecimentos efetivamente prestados e atestados.

CLÁUSULA OUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8,666/93)

O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 (trinta e um) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termosdo art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 55, inciso IV, daLei nº 8.666/93)

O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento em remessa, única ou parcelada, a ser definida no ato da contratação, no seguinte endereço: Rua Boa Vista nº 30, Centro, São Brás/AL. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputarse-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA (art. 55. inciso V. da Lei n. º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 13 - Fundo Municipal de Saúde;

Elemento de Despesa: 13.0100.10.122.00013.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde;

Class. Econômica: 4.4.9.0.52.00.00.00.0000 – Equipamentos e Materiais Permanentes; Fonte de Recursos: Convênios/Emenda Parlamentar/Proposta nº 11259.289000/1210-01.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, incisoVII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.
- Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes daexecução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecerá Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;







VAUDILEIDE PEREIRA Assinado de forma digital por VAUDILEIDE PEREIRA SANTOS:44124953534 SANTOS:44124953534 Dados: 2022.08.26 17:21:40 -03:00'

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao FMS ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- as condições necessárias ao pleno cumprimento das Proporcionar à CONTRATADA todas obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº.8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presenteContrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execuçãodos fornecimentos, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

- I advertência;
- II multa de 1% (um por cento) por dia, até o máximo de 30% (trinta por cento), sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;
- III multa de 20% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso deinexecução total ou parcial do mesmo;
- IV suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar coma Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- V declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8,666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art.78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

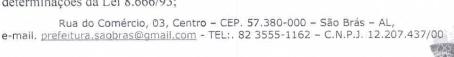
CLAUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DOCONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

- I nos termos do Pregão Eletrônico nº 02/2022 FMS que, simultaneamente:
 - constam do Processo Administrativo que o originou;
 - não contrariem o interesse público;
- II nas demais determinações da Lei 8.666/93;







ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposiçõesdo Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

- §1º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º daLei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.
- §2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, fica designado o servidor conforme portaria, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA OUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, a e b da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OUINTA - DO FORO (Art. 55, 82°, Lei n°, 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Distrito da Cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas, comoúnico competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

São Brás/AL, 24 de agosto de 2022.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
KLEBER QUIRINO SANTOS
Secretário Municipal de Saúde-Interino

VAUDILEIDE PEREIRA SANTOS:44124953534 Assinado de forma digital por VAUDILEIDE PEREIRA SANTOS:44124953534 Dados: 2022.08.26 17:22:00 -03'00'

VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI EPP CONTRATADA

VAUDILEIDE PEREIRA SANTOS Representante legal

Testemu	nhas:		
	1 - Ass:	CPF:	=
	2 - Ass:	CPF:	